

EMENTA ANTROPOLOGIA PÚBLICA E PROFISSIONAL

2026-1
FCA666
Terça-feira 13h40 - 17h00

Professor: Jean-François Véran

Apresentação Geral do Curso

Este curso parte de uma constatação simples, mas pouco tematizada na formação em Ciências Sociais: a antropologia circula muito para além da universidade. Seus conceitos – cultura, identidade, etnicidade, território, raça, tradição, diversidade – são amplamente mobilizados em políticas públicas, relatórios técnicos, empresas privadas, organizações internacionais, indústrias culturais, plataformas digitais e equipes tecnológicas. Entretanto, essa circulação raramente é acompanhada de uma reflexão sistemática sobre seus efeitos, suas condições de uso e suas implicações éticas.

A disciplina propõe uma reflexão teórica e aplicada sobre a inserção da antropologia em contextos profissionais não acadêmicos. O objetivo não é apenas mapear “mercados de trabalho”, mas compreender como o saber antropológico se transforma quando é mobilizado em arenas institucionais marcadas por relações de poder, urgências políticas, interesses econômicos e disputas morais.

O curso inicia com uma genealogia crítica da disciplina, examinando como as categorias antropológicas se constituíram historicamente e como foram rapidamente incorporadas a dispositivos coloniais, militares e industriais. Essa trajetória conduz à crise moral do pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que a antropologia empreende uma profunda autocritica e tenta redefinir suas responsabilidades públicas. O debate em torno da antropologia “aplicada” e da antropologia “prática” revela uma tensão persistente: como intervir no mundo sem reproduzir assimetrias ou legitimar formas de dominação?

A partir desse quadro histórico, a disciplina desloca o foco para o presente. Serão analisados diversos campos de atuação profissional nos quais antropólogos/as e cientistas sociais encontram inserção: elaboração de laudos para demarcação territorial, estudos de impacto socioambiental, políticas sociais e urbanas, gestão cultural, produção audiovisual, economia criativa, saúde pública, empresas privadas, plataformas digitais, segurança pública, políticas climáticas e equipes de tecnologia e inteligência artificial.

O curso responde a um desafio institucional contemporâneo: a dificuldade, especialmente no contexto brasileiro, de pensar explicitamente a inserção profissional de estudantes de Ciências Sociais fora da universidade.

Em cada contexto, o curso examinará quatro dimensões fundamentais:

- As condições de acesso à profissão (a formação em Ciências Sociais é requisito explícito ou competência implícita?);
- As metodologias mobilizadas (quais ferramentas da pesquisa social são efetivamente utilizadas?);
- Os dilemas éticos enfrentados (quais tensões emergem entre exigências institucionais e princípios disciplinares?);
- A responsabilidade pública do antropólogo/a (quais são os efeitos sociais do uso das categorias analíticas?).

Avaliação

A avaliação consiste na elaboração de um trabalho final de reflexão individual (5-10 páginas) sobre um campo profissional específico. O trabalho deverá articular:

1. Contextualização histórica e institucional do campo escolhido;
2. Análise das metodologias mobilizadas;
3. Identificação dos dilemas éticos;
4. Discussão sobre responsabilidade disciplinar;
5. Reflexão sobre inserção profissional e formação acadêmica.

**BLOCO I – GENEALOGIA CRÍTICA,
CIRCULAÇÃO DE CONCEITOS E
RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR**

Neste primeiro momento, o curso apresenta os principais conceitos da antropologia aplicados à saúde: cultura, normalidade, corpo, dádiva, gênero, religião e regimes de verdade. O objetivo é fornecer ferramentas analíticas que permitam compreender a saúde e a doença como processos sociais, e não apenas biológicos.

Sessão 1 – 10/03

Antropologia, cientificidade e circulação dos conceitos

Esta sessão introduz os fundamentos epistemológicos da antropologia e seus critérios de cientificidade, examinando como categorias centrais como cultura e sociedade se constituem teoricamente e passam a circular em usos públicos. Busca-se compreender como esses conceitos são mobilizados fora da academia e refletir sobre a relação entre saber, poder e responsabilidade disciplinar.

Peirano, M. G. (1997). [Onde está a antropologia?](#). *Mana*, 3(2), 67-102.

Sessão 2 – 17/03

Usos coloniais, guerra e capitalismo industrial

Esta sessão examina como o saber antropológico foi historicamente mobilizado em contextos coloniais, situações de guerra e processos de expansão capitalista, explorando tensões entre produção de conhecimento e relações de poder. O objetivo é identificar como categorias antropológicas foram instrumentalizadas em práticas de governo e intervenção, e quais dilemas éticos emergem nesses usos.

Pinho, O. S. D. A. (2023). Sobre a Mentalidade Africana: [A Antropologia Colonial na África Portuguesa \(1950-1960\) e a Antropologia do Negro no Brasil](#). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), e3811009.

Sessão 3 – 24/03

Crise moral do pós-guerra e debates sobre antropologia aplicada

Esta sessão examina a crise moral enfrentada pela antropologia após a Segunda Guerra Mundial, marcada pela necessidade de revisar criticamente seus vínculos com teorias racialistas e usos políticos do saber. O objetivo é compreender como a disciplina buscou redefinir seus fundamentos éticos e científicos, abrindo o debate sobre os limites e responsabilidades da antropologia aplicada.

de Oliveira, R. C. (2004). [O mal-estar da ética na antropologia prática](#). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*, 21.

**BLOCO II – EXPERTISE, TERRITÓRIO E
AMBIENTE**

Este bloco examina a atuação da antropologia como prática de expertise em disputas territoriais e processos de licenciamento ambiental, analisando como laudos e estudos de impacto se tornam arenas técnicas e políticas nas quais saber, prova e responsabilidade profissional se articulam diretamente.

Sessão 4 – 31/03

Laudos antropológicos, demarcação de terras e regimes de prova

Esta sessão analisa a prática dos laudos antropológicos em processos de demarcação territorial, examinando o papel do antropólogo como perito e “autoridade técnica” em disputas jurídicas e políticas. O objetivo é discutir os regimes de prova, as disputas de legitimidade e os dilemas éticos implicados na produção de relatórios que têm efeitos diretos sobre direitos territoriais.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA). [Protocolo de atuação para antropólogos/as](#) em contextos de laudos e perícias.

da Silva, A. B. (2015). [Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático](#).

Sessão 5 – 07/04

Estudos de impacto socioambiental e o componente social/indígena

Esta sessão examina a inserção da antropologia nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), com foco no componente social e indígena e nos enquadramentos institucionais que estruturam esses relatórios. O objetivo é compreender as tensões entre empreendimentos, Estado e populações afetadas, discutindo a ética da mediação técnica e os limites da atuação profissional.

Moraes, M. M., & Amorim, C. C. D. (2016). [Procedimentos de licenciamento ambiental do Brasil](#). Ministério do Meio Ambiente–MMA, 544.

BLOCO III – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO CULTURAL

Este bloco analisa a inserção de antropólogos/as nas políticas públicas e na gestão cultural, examinando como conceitos antropológicos informam diagnósticos territoriais, dispositivos participativos e políticas de reconhecimento no interior do Estado.

Sessão 6 – 14/04

Antropologia nas políticas sociais e urbanas

Esta sessão discute a atuação de antropólogos/as em políticas sociais e urbanas, com foco em participação, gestão de projetos e produção de diagnósticos territoriais. O objetivo é analisar como metodologias qualitativas e categorias como território, comunidade e vulnerabilidade são mobilizadas na formulação e implementação de políticas públicas.

Minayo, M. C. D. S. (1991). [Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais](#). Revista de Saúde Pública, 25, 233-238.

Sessão 7 – 21/04

Gestão cultural, patrimônio e políticas de reconhecimento

Esta sessão examina a presença de antropólogos/as em secretarias de cultura, políticas patrimoniais e programas de diversidade cultural, analisando a institucionalização de categorias como identidade, tradição e patrimônio. O objetivo é compreender como o saber antropológico é traduzido em dispositivos administrativos e políticas de reconhecimento.

Nogueira, A. G. R. (2008). [Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional](#). Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, 15(27), 233-255.

BLOCO IV – PRODUÇÃO CULTURAL, AUDIOVISUAL E ECONOMIA CRIATIVA

Este bloco examina a inserção de antropólogos/as nas indústrias culturais e na produção simbólica, analisando como a pesquisa etnográfica e a reflexão sobre alteridade alimentam práticas profissionais no audiovisual, na curadoria e na economia criativa.

Sessão 8 – 28/04

Antropologia, audiovisual e representação da alteridade

Esta sessão discute a relação entre antropologia e produção audiovisual, explorando como a etnografia e a reflexão sobre representação influenciam documentários, cinema e narrativas visuais. O objetivo é analisar os dilemas éticos da tradução cultural e os efeitos públicos da representação da alteridade.

Ribeiro, J. D. S. (2005). [Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação](#). Revista de Antropologia, 48(2), 613-648.

Sessão 9 – 05/05

Museus, curadoria e economia criativa

Esta sessão analisa a atuação de antropólogos/as em museus, projetos curatoriais e políticas de economia criativa, discutindo como categorias como cultura, tradição e identidade são mobilizadas na produção e gestão do patrimônio. O objetivo é compreender as tensões entre mercado, institucionalização cultural e responsabilidade disciplinar.

ARANTES, A. A. (2008). [Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública](#). Anuário Antropológico, 33(1), 173-222.

BLOCO V – NOVOS ESPAÇOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS

Este bloco examina campos emergentes de inserção profissional da antropologia no mundo contemporâneo, analisando sua presença na saúde pública, no setor privado, nas plataformas digitais, na segurança pública, nas políticas climáticas e nas equipes tecnológicas.

Sessão 10 – 12/05

Antropologia e saúde pública

Esta sessão analisa a inserção de antropólogos/as na saúde pública, discutindo desigualdades sociais, mediação institucional e a produção de diagnósticos em contextos sanitários. O objetivo é compreender como metodologias qualitativas informam políticas de saúde e quais dilemas éticos emergem na interface entre conhecimento e intervenção.

de Souza Minayo, M. C. (1998). [Construção da identidade da antropologia na área de saúde: o caso brasileiro. Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras](#), 29.

Sessão 11 – 19/05

Antropologia em empresas privadas e consultoria

Esta sessão examina a atuação de antropólogos/as no setor corporativo, incluindo consultoria organizacional, diversidade e cultura empresarial. O objetivo é discutir a instrumentalização do conceito de cultura e os desafios éticos da inserção da antropologia no mercado privado.

Jaeger, M., & Pasquini, M. (2025). [A antropologia aplicada na Europa: uma visão geral com uma perspectiva](#). Iluminuras, 26(71), 107-125.

Sessão 12 – 26/05

Antropologia digital, plataformas e dados

Esta sessão discute a antropologia digital e a presença de antropólogos/as em equipes de pesquisa de usuário, plataformas e ambientes de produção de dados. O objetivo é analisar a tensão entre etnografia qualitativa e regimes algorítmicos de quantificação.

Ferraz, C. P. (2019). [A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos qualitativos em mídias online](#). Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, 12(35), 46-69.

Sessão 13 – 02/06

Antropologia e segurança pública

Esta sessão analisa a presença de antropólogos/as em políticas de segurança pública, mediação comunitária e prevenção da violência. O objetivo é discutir os limites éticos da cooperação com aparelhos de Estado e os efeitos do saber antropológico na gestão do risco.

Cunha, E. (2019). [Devolvendo a identidade: a antropologia forense no Brasil](#). Ciência e Cultura, 71(2), 30-34.

Sessão 14 – 09/06

Antropologia, clima e transição ecológica

Esta sessão final examina a inserção de antropólogos/as nas políticas climáticas, na governança ambiental e em equipes tecnológicas que desenvolvem sistemas digitais e inteligência artificial.

Véran, J. F., & Do Nascimento, S. B. O. (2025). [O risco saúde-climático no trabalho na Amazônia](#) (Altamira, PA), Revue Climat, Santé, Travail.